**O CONTRATO DE ARRENDAMENTO RURAL COM FIXAÇÃO DE PAGAMENTO EM PRODUTO**

Elizama Pereira Nogueira

E-mail: elizamaper6@gmail.com

Graduanda em Direito pelo Centro Universitário do Cerrado Patrocínio – UNICERP, Patrocínio, Minas Gerais, Brasil.

**Introdução:** O contrato de arrendamento rural é um acordo formal entre um proprietário de terra (arrendador) e um arrendatário para fins agrícolas, pecuários ou florestais, regulamentado pela Lei 4.504/1964. Ele envolve elementos essenciais, como objetivo, prazo, responsabilidades, termos de pagamento, melhorias no terreno e condições de rescisão. Há uma divergência jurídica devido ao pagamento em produtos agrícolas, que conflita com a legislação que exige pagamento em dinheiro. Isso é comum em áreas rurais e na agricultura de subsistência. O artigo argumenta a validade da cláusula que permite o pagamento em produtos, especialmente em propriedades de subsistência, propondo a aplicação de princípios de interpretação sistemática e teleológica para resolver essa divergência, considerando o contexto da legislação agrária e do Código Civil. **Objetivo:** O objetivo geral da pesquisa é fornecer uma análise abrangente e argumentativa sobre a validade da fixação do preço em produtos nos contratos de arrendamento rural, levando em consideração não apenas as disposições legais, mas também a história, a sociologia e os princípios subjacentes ao direito agrário e civil. A pesquisa será apoiada em evidências e precedentes legais relevantes para fortalecer as conclusões do estudo. **Metodologia:** O trabalho será estruturado em uma abordagem metodológica que será utilizada para atingir os objetivos da pesquisa. A metodologia abrangerá as etapas de coleta de dados, análise e apresentação das lições. A proposta de metodologia inclui os seguintes passos: **1. Coleta de Dados.** Nesta etapa, serão coletados dados primários e secundários relevantes para a pesquisa. Isso envolverá: análise de textos legais, incluindo a Lei 4.504/1964, o Estatuto da Terra, o Código Civil e outras legislações pertinentes; revisão da literatura jurídica, sociológica e histórica relacionada ao tema do contrato de arrendamento rural e à fixação do preço em produtos; entrevistas com agropecuaristas e especialistas para se obter *insights* práticos sobre a aplicação de cláusulas de pagamento em produtos; análise de casos judiciais relevantes que possam servir como precedentes. **2. Análise Documental e Jurídica.** Nesta etapa, os dados coletados serão analisados à luz das disposições legais, princípios do direito agrário e civil, bem como de teorias sociais. **Resultados:** Não tenho, pois é um projeto de pesquisa. **Conclusão:** Não tenho, pois é um projeto de pesquisa.

**Palavras-chave**: Contrato. Arrendamento Rural. Produto.